

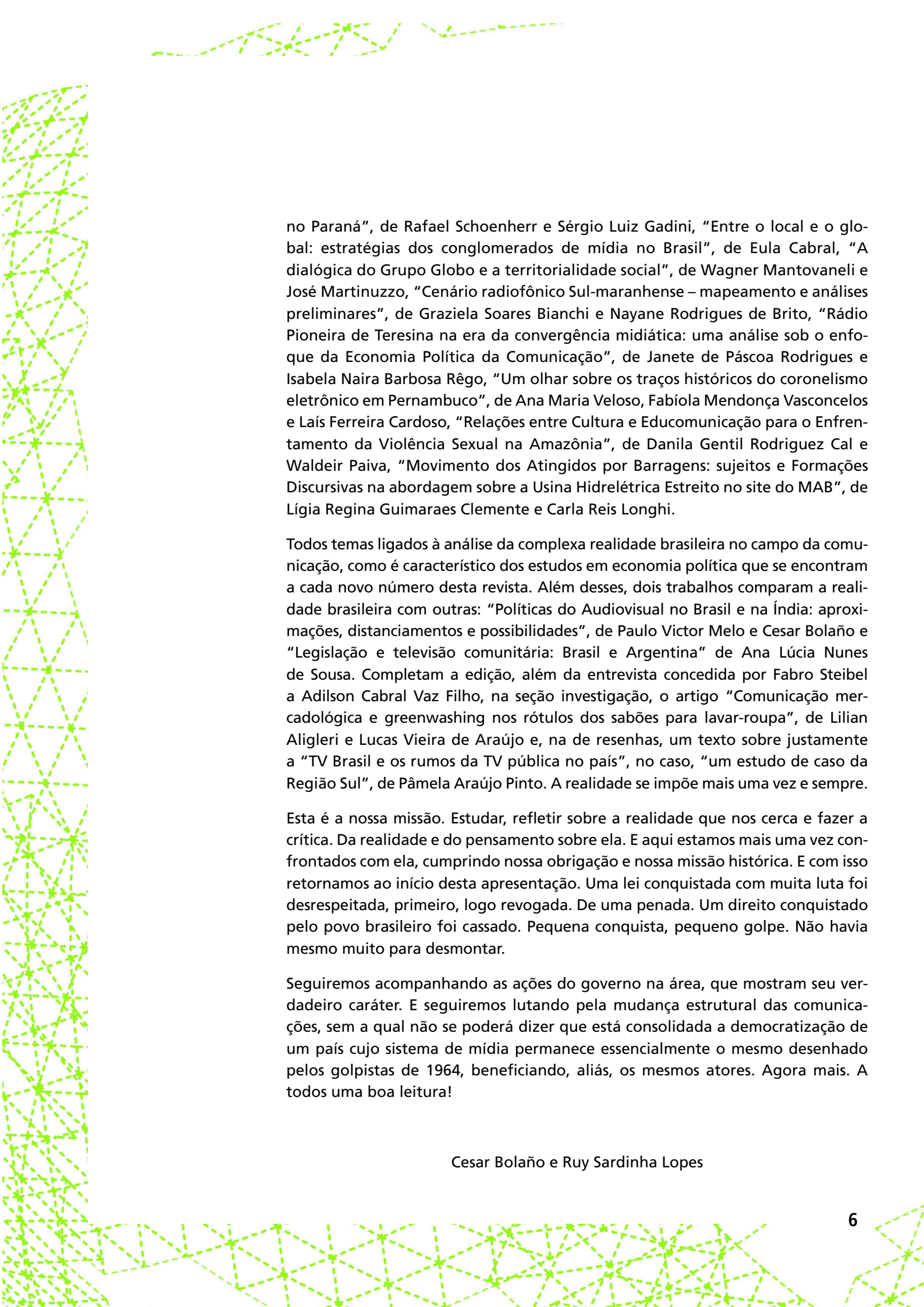
Apresentação

Este terceiro número do volume 18 da revista EPTIC aparece em um momento em que os pesquisadores do campo da Comunicação se encontram impactados pelo ataque, promovido pelo governo de fato de Michel Temer, a uma das mínimas conquistas, conseguida a duras penas no auge do governo Lula. Um mínimo avanço, enfatize-se, pois aquele tampouco foi um governo caracterizado por mudanças importantes no sentido da democratização dos meios de comunicação.

A maior vitória nesse sentido ao longo dos treze anos de governos petistas certamente foi a reorganização do sistema público estatal de televisão, incluindo mecanismos democráticos, entre eles, um Conselho Curador com regras de eleição e representatividade que lhe garantiam importante autonomia relativa em relação aos governos de plantão. Avanço mínimo, entenda-se, porque só afetava a forma, sem mudar em nada a concentração de audiência, recursos e poder nas mãos da mídia comercial hegemônica. Nem mesmo a distribuição das verbas estatais de mídia foram alteradas profundamente.

Não obstante, uma das primeiras medidas do período do interinato de Temer foi já um primeiro ataque a esse mínimo avanço, ataque ilegal, que o poder judiciário reverteu, mas assim que o processo de impeachment se consolidou, o governo voltou a atacar, apagando de uma penada, uma conquista que custou anos de luta, não do PT ou do governo do PT, mas do movimento social em defesa da democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Não há relação direta evidentemente entre o que ocorria e os textos aqui reunidos, mas se atentarmos apenas para o título de cada um – e não apenas os do dossiê temático – **Global, Regional, Local: territórios demarcados pelo mercado das Comunicações**, coordenado por Eula Dantas Taveira Cabral e Adilson Vaz Cabral Filho – veremos que as inquietações do campo permanecem profundamente vinculadas aos elementos e movimentos históricos determinantes dos acontecimentos: “O impacto da Lei de Acesso à Informação e as mudanças nas rotinas produtivas do Jornalismo brasileiro”, de Janara Sousa e Elen Geraldês, “Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para novas outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011-2016)”, de Octavio Pieranti, “Os mapas do consumismo na Imprensa: imaginários do consumo da economia ao sujeito”, de Eliza Bachega Casadei, “Estratégias regionais de produção jornalística: uma proposta ao estudo de casos de mídia impressa



no Paraná”, de Rafael Schoenherr e Sérgio Luiz Gadini, “Entre o local e o global: estratégias dos conglomerados de mídia no Brasil”, de Eula Cabral, “A dialógica do Grupo Globo e a territorialidade social”, de Wagner Mantovaneli e José Martinuzzo, “Cenário radiofônico Sul-maranhense – mapeamento e análises preliminares”, de Graziela Soares Bianchi e Nayane Rodrigues de Brito, “Rádio Pioneira de Teresina na era da convergência midiática: uma análise sob o enfoque da Economia Política da Comunicação”, de Janete de Páscoa Rodrigues e Isabela Naira Barbosa Rêgo, “Um olhar sobre os traços históricos do coronelismo eletrônico em Pernambuco”, de Ana Maria Veloso, Fabíola Mendonça Vasconcelos e Laís Ferreira Cardoso, “Relações entre Cultura e Educomunicação para o Enfrentamento da Violência Sexual na Amazônia”, de Danila Gentil Rodriguez Cal e Waldeir Paiva, “Movimento dos Atingidos por Barragens: sujeitos e Formações Discursivas na abordagem sobre a Usina Hidrelétrica Estreito no site do MAB”, de Lígia Regina Guimaraes Clemente e Carla Reis Longhi.

Todos temas ligados à análise da complexa realidade brasileira no campo da comunicação, como é característico dos estudos em economia política que se encontram a cada novo número desta revista. Além desses, dois trabalhos comparam a realidade brasileira com outras: “Políticas do Audiovisual no Brasil e na Índia: aproximações, distanciamentos e possibilidades”, de Paulo Victor Melo e Cesar Bolaño e “Legislação e televisão comunitária: Brasil e Argentina” de Ana Lúcia Nunes de Sousa. Completam a edição, além da entrevista concedida por Fabro Steibel a Adilson Cabral Vaz Filho, na seção investigação, o artigo “Comunicação mercadológica e greenwashing nos rótulos dos sabões para lavar-roupa”, de Lillian Aligleri e Lucas Vieira de Araújo e, na de resenhas, um texto sobre justamente a “TV Brasil e os rumos da TV pública no país”, no caso, “um estudo de caso da Região Sul”, de Pâmela Araújo Pinto. A realidade se impõe mais uma vez e sempre.

Esta é a nossa missão. Estudar, refletir sobre a realidade que nos cerca e fazer a crítica. Da realidade e do pensamento sobre ela. E aqui estamos mais uma vez confrontados com ela, cumprindo nossa obrigação e nossa missão histórica. E com isso retornamos ao início desta apresentação. Uma lei conquistada com muita luta foi desrespeitada, primeiro, logo revogada. De uma penada. Um direito conquistado pelo povo brasileiro foi cassado. Pequena conquista, pequeno golpe. Não havia mesmo muito para desmontar.

Seguiremos acompanhando as ações do governo na área, que mostram seu verdadeiro caráter. E seguiremos lutando pela mudança estrutural das comunicações, sem a qual não se poderá dizer que está consolidada a democratização de um país cujo sistema de mídia permanece essencialmente o mesmo desenhado pelos golpistas de 1964, beneficiando, aliás, os mesmos atores. Agora mais. A todos uma boa leitura!

Cesar Bolaño e Ruy Sardinha Lopes